



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM
MARAMBAIA

FLAVIA IANKOWSKI CLARO PEREIRA (UNICURITIBA) - flaviaclaro@gmail.com

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNICURITIBA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano - UFPR, integrante do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles

O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações

Resumo

O Município de Colombo faz parte da metrópole de Curitiba e desde a década de 1970 participa ativamente da dinâmica de periferização da moradia popular desta aglomeração urbana, que produziu espaços informais em grande parte localizados em áreas de fragilidade ambiental e com carência de infraestrutura. O histórico da política habitacional no Município sempre priorizou a resolução quantitativa do déficit habitacional gerado pela sua condição metropolitana, através de remoções de favelas. O PAC-UAP representou uma mudança nesse cenário, uma vez que permitiu investimento público nos assentamentos precários, incorporando a urbanização das áreas e priorizando o remanejamento. Esse artigo dedica-se a estudar o projeto de urbanização realizado no Jardim Marambaia, financiado pelo PAC – UAP, com o objetivo de verificar em que medida ele representou uma mudança na forma como vinham sendo implementadas as intervenções em favelas no município e em que aspectos ele reforça ou avança em relação às práticas que o antecederam.

Palavras Chave: Município de Colombo. Urbanização de favelas. PAC-UAP.

Introdução

Quando se fala em moradia adequada, faz-se necessário compreender a habitação não apenas como uma unidade onde habita uma família, mas um sistema integral que compreende também o terreno, a infraestrutura para urbanização e serviços e o equipamento social e comunitário, dentro de um contexto cultural, sócio econômico, político e físico- ambiental(UN- HABITAT, 1976). Sendo assim, a moradia adequada tem um alcance mais amplo não restrito à casa e os programas habitacionais deveriam possibilitar o acesso à cidade a todos aqueles que participam da sua produção, incluindo-se entre eles os moradores das favelas.

Ao longo de sua trajetória, o planejamento urbano brasileiro, especialmente aquele que trata da questão habitacional, contou com políticas públicas que tinham o intuito de diminuir o déficit quantitativo de moradias e que acabaram potencializando o processo de segregação socioespacial, como nos casos, por exemplo, da produção de conjuntos habitacionais homogêneos em termos de classe social e apartados do restante da cidade, espacial e territorialmente, muitas vezes associados aos processos de remoção de favelas.

Tomando como referência o conceito de moradia adequada e considerando o papel do Estado como promotor de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos, esse trabalho reflete a respeito dos programas de habitação no Município de Colombo (PR), inserido no contexto da metrópole de Curitiba, dando ênfase ao Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários(PAC-UAP). A partir da implementação do projeto de urbanização do Jardim Marambaia, analisa-se também a natureza e as características da intervenção, com o objetivo de identificar se o projeto inovou ou repetiu o modelo praticado até então.

O artigo deriva dos resultados da pesquisa em andamento, intitulada Balanço PAC na Metrópole de Curitiba, que integra um projeto de pesquisa mais amplo denominado Habitação e Direito à Cidade: Balanço PAC – Urbanização de favelas, desenvolvido no âmbito da Rede de Pesquisa Observatório das Metrópoles.

Para tanto, utilizou-se a metodologia proposta por Ferreira (2012) para pesquisa da produção do PMCMV, que subdivide a análise em três escalas: (i) da inserção urbana, que estabelece relações do empreendimento com a cidade e com o bairro em que está inserido; (ii) da implantação, que classifica o empreendimento em relação ao seu entorno imediato e (iii) da unidade habitacional, que analisa a edificação

de acordo com suas características. Esta metodologia foi adaptada ao caso estudado, que se caracterizou pelo remanejamento de população de favela com produção de novas unidades habitacionais e urbanização da área ocupada.

1. A inserção metropolitana do Município de Colombo e a produção da moradia popular

O Município de Colombo encontra-se na porção leste da metrópole de Curitiba¹, (Figura 1) uma região marcada pela presença de mananciais de abastecimento hídrico e pelo processo de periferização da moradia popular a partir da cidade polo. A produção e estruturação do seu espaço urbano insere-se, portanto, no fenômeno de metropolização, que segundo Silva (2012), teve seu processo de produção de moradia popular dividido em duas fases. A primeira entre 1970 e 1980, caracterizou-se pela formação de uma periferia no entorno da cidade polo derivada da autoconstrução e da ação regular de proprietários de terra e incorporadores imobiliários; e pelo crescimento das favelas e a concentração da produção habitacional financiada pelo Estado no Município de Curitiba. Nesse período, em que houve maior fluxo migratório em direção à RMC, a produção de loteamentos populares, apesar de apresentarem-se regularmente aprovados, foi caracterizada pela inexistência e/ou fragilidade das normas de parcelamento e uso e ocupação do solo (SILVA, 2012).

De acordo com Ultramari e Moura (1994), nesse período, a estruturação da metrópole era marcada pela existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sob pressão de ocupação, pela insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo e pela presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento. A materialização desse processo conformou uma coroa de ocupação periférica situada nos limites territoriais da capital, na qual se insere o Município de Colombo, que somada à sua posição geográfica, à fragilidade social e à incapacidade institucional de fazer frente aos interesses do mercado imobiliário, formam um espaço urbano caracterizado pelo crescimento dos assentamentos precários.

¹ Considera-se metrópole a grande cidade com funções superiores de comando e gestão, articulada à economia global e de onde partem para os territórios nacionais vetores de modernidade e complexidade (FIRKOWSKI, 2012, p. 37). Em Curitiba, ela abarca 14 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Campo Magro, Itaperuçu, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais (SILVA; CZYTAJLO, 2016, p. 191).

Figura 1: Município de Colombo na metrópole de Curitiba



Fonte: Silva (2012), a autora (2018).

A segunda fase apontada por Silva (2012) iniciou a partir da década de 1990, quando a informalidade ganha uma dimensão metropolitana, com aumento do número de domicílios e espaços informais de moradia em todos os municípios que integram metrópole de Curitiba (SILVA, 2012). Nesse período, houve a expansão da favelização para áreas mais distantes do polo, principalmente na porção leste, em áreas ambientalmente frágeis, especialmente aquelas de manancial de abastecimento hídrico. Segundo o IPARDES (2010), nessa época aproximadamente 25% das ocupações informais na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) situavam-se em áreas de restrição ambiental à ocupação, tais como várzeas, encostas íngremes e Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Apesar dessa realidade, não havia instrumentos legais que favorecessem a atuação do poder público no enfrentamento desta questão em escala metropolitana, pois a legislação existente até então não era flexível à urbanização para regularização urbanística dos assentamentos informais. Consciente de que esse modelo de ocupação

aprofundaria os problemas ambientais já existentes, em especial o abastecimento hídrico na RMC, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) passou a atuar de forma mais intensa na criação de instrumentos que pudessem controlar a ocupação nas áreas de mananciais. No final da década de 1990 é aprovada a Lei 12.248/1998, que cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC – SIGPROM, a partir do qual foi possível equilibrar a garantia do direito à moradia em ocupações informais consolidadas e a preservação dos recursos hídricos, por meio da criação de Áreas de Interesse Social.

Neste contexto, no final da década de 2000, Colombo apresentava 59 assentamentos precários, sendo 47 na área urbana e 12 na área rural, que segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) consistiam em “ocupações irregulares habitadas por famílias de baixa renda de até 03 salários mínimos” (COLOMBO, 2012, p. 41).

2. Atuação do Estado na política habitacional de Colombo

Até o início do ano 2000 não havia política de intervenção em assentamentos precários no Município e o número de espaços informais de moradia somente cresceu. No ano de 2003 Colombobeneficiou-se do marco legal representado pelo SIGPROM por meio do programa Direito de Morar, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU -PARANACIDADE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo de Desenvolvimento Urbano, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Prefeitura Municipal de Colombo e outros. A partir de então o Estado passa a atuar na urbanização de espaços informais de moradia no município, podendo interferir em ocupações consolidáveis localizadas em áreas de manancial.

O primeiro exemplo dessa nova forma de atuação foi a intervenção da Vila Zumbi dos Palmares², realizada através dos recursos do BID, por meio do Programa Habitar Brasil (HBB) BID (BITTENCOURT, 2014). Esta favela se caracterizava por

² A Vila Zumbi dos Palmares estruturou-se a partir de uma ocupação iniciada no dia 13 de maio de 1991 e possuía 6.649 habitantes distribuídos em 1797 famílias no ano de 2004 quando foi regularizada. A área encontra-se na margem direita do Rio Palmital, em área de manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba (CLARO, 2007).

uma ocupação consolidável, situada sobre a APP do rio Palmital e na faixa de domínio da Rodovia BR116. Na ocasião foram remanejadas 281 famílias para habitações localizadas em áreas vazias dentro da própria ocupação (Figura 2) e realizadas obras de drenagem em todo o loteamento, além da recuperação ambiental da margem esquerda do rio, com a construção de uma estação de bombeamento, dique de proteção e uma lagoa de regularização de vazões. O total de investimentos previsto foi de R\$21 milhões, sendo que desse total R\$ 12,5 milhões foram recursos do Programa Paraná Urbano II, promovido pela SEDU -PARANACIDADE (CLARO, 2007).

Figura 2: Habitações construídas na Vila Zumbi dos Palmares - 2007



Fonte: autora, 2007

Depois desta experiência, em 2007 a COHAPAR submeteu alguns projetos que tiveram origem no Programa Direito de Morar à chamada pública feita pelo Ministério das Cidades para o PAC-UAP. Na ocasião foram selecionadas quatro propostas na categoria Projetos Prioritários de Investimento (PPI) e Intervenções em Favelas (IF) nos municípios metropolitanos de Campo Magro, Colombo, Pinhais e Piraquara, todos situados na coroa de urbanização periféricas do entorno à cidade polo.

A escolha deu-se devido ao alinhamento das propostas aos critérios específicos dados pelo PAC PPI e IF, que segundo Prestes e Lagana (2017), foram:

(I) obras de grande porte, assim consideradas aquelas que envolviam investimentos superiores a R\$ 10 milhões; (II) integração e articulação com o território, cuja área de abrangência envolva mais de um agente institucional – estado e município ou mais de um município; (III) recuperação ambiental de danos ao meio ambiente, causados por assentamentos irregulares em área de mananciais, áreas de preservação ambiental e/ou preservação permanente; e (IV) complementação de obras já iniciadas (PRESTES & LAGANA, 2017, p. 6).

Ainda segundo as autoras, quando o Estado é o agente proponente das ações de urbanização, a questão ambiental torna-se um de seus eixos estruturantes, como é o caso do PAC PPI-Favelas na metrópole de Curitiba, favorecendo a inclusão de Colombo no programa de urbanização de assentamentos precários em função do contexto sócio espacial do município.

Os programas voltados para o desenvolvimento urbano, criados no âmbito do PAC, especialmente os Projetos Prioritários de Investimento (PPI), derivaram, da experiência do programa Habitar Brasil BID (HBB). O PAC UAP foi concebido, portanto, com base nas experiências dos programas que o precederam, mas representou o maior montante de investimentos federais até então utilizados no país para urbanização de favelas, anteriormente uma competência dos Estados e Municípios (CARDOSO, 2007).

No momento do lançamento do PAC, em 22 de janeiro de 2007, o Brasil atravessava mais de duas décadas com baixo nível de investimento em infraestrutura logística e de transporte, além de praticamente nenhum investimento sistêmico e de porte relevante em infraestrutura urbana e social (CALDAS, 2015). Como forma de impulsionar o desenvolvimento nacional, o PAC teve como objetivo investir R\$ 500 bilhões até o ano de 2010 nos setores de infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos (BITTENCOURT, 2014), sempre aliando, em seu discurso oficial, o crescimento à inclusão e diminuição de desigualdades regionais e sociais do país (CALDAS, 2015).

Um fator importante para a operacionalização do PAC foi existência do Projeto Multissetorial Integrado Urbano (PMI), que havia sido criado em 1995 como um programa de financiamento do BNDES e que foi uma alternativa de investimentos públicos em desenvolvimento urbano durante o processo recessivo que afetou todas as políticas públicas nacionais durante a década de 1990. O PMI visava promover soluções para a melhoria das condições de habitação em comunidades carentes, através da implantação de infraestrutura mínima e melhorias habitacionais e urbanísticas compatíveis com as características de cada área. (DANTAS et al., 2012).

O PMI foi também importante para as intervenções estruturantes do PAC, que se realizaram em duas fases: o PAC 1, de 2007 a 2010, que previu principalmente um conjunto de medidas institucionais no qual foi incluído o eixo de Urbanização de

Assentamento Precários, o PAC-UAP; e o PAC 2, de 2011 a 2014, quando foram realizados investimentos em infraestrutura especialmente nos eixos de logística, energia e urbano e social. No PAC1 a modalidade inseria-se no eixo Infraestrutura Social e Urbana e no PAC 2 passou a fazer parte do eixo Minha Casa Minha Vida (PETRAROLLI, 2015).

Na fase do PAC 1, as medidas adotadas para colocar seus objetivos em prática foram: elevação significativa do investimento público em infraestrutura, ampliação de concessões de créditos bancários, redução da taxa de juros e incentivo ao aumento da confiança e disposição do setor privado através de medidas fiscais, institucionais e legais(CALDAS, 2015), com o risco de representar, mais uma vez, um modelo de transferência de renda para a iniciativa privada, tal qual aconteceu com seus modelos predecessores, embora o programa tenha sido oficialmente anunciado como um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, de forma a trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos (BRASIL, 2007).

Devido às características para contratação por parte dos municípios, o PAC tornou-se o principal recurso para as ações de urbanização, causando a migração de vários projetos de outras fontes de financiamento para esta modalidade (BITTENCOURT, 2014).

3. O PAC UAP em Colombo: Identificação e características dos assentamentos beneficiados

O Plano Diretor Municipal de Colombo – Lei 875/2004 –prevê a implantação de áreas destinadas de forma prioritária à implementação da política habitacional, através de programas voltados à população de baixa renda, que são divididas em Áreas de Interesse Social 1 e 2(AIS 1 e AIS 2). As AIS 1 são áreas que já se encontram ocupadas por espaços informais de moradia, e AIS 2 são áreas desocupadas e que receberão a população reassentada de áreas de preservação. Ambas podem ser criadas a qualquer momento mediante ato do Poder Executivo Municipal, segundo o Plano Diretor.

No município o PAC-UAP teve início no ano de 2007, pela formalização de dois Termos de Compromisso denominados Jardim Guaraituba e Roça Grande, que receberam recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na modalidade de

Urbanização.O primeiro abrangeu parte da ocupação informal na margem esquerda do Rio Palmital, prevendo sua realocação para um terreno público mais distante onde seriam construídas 520 unidades habitacionais com o intuito de realizar a recuperação ambiental da margem do rio e a retirada das famílias da situação de risco (COLOMBO, 2015).O segundo abrangeu várias ocupações, com ações de urbanização e remanejamento de parte das famílias.

As áreas dos TC Jardim Guaraituba e TC Roça Grande possuíam restrições à urbanização,derivadas da baixa capacidade de drenagem dos solos e ao interesse estratégico de manutenção de suas bacias hidrográficas como manancial de abastecimento público. Dessa forma suas diretrizes de ocupação eram de conservação ou de ocupação de baixíssima densidade. Especialmente no período posterior à década de 1990, somente as restrições impostas pela legislação não foram suficientes para conter a ocupação informal desses espaços, processo presente em outras áreas da metrópole, como já pontuado.

De acordo com a COHAPAR (2010), as áreas propostas para intervenção foram escolhidas levando-se em consideração:

- a) As ações já realizadas à montante do rio Palmital no Município de Colombo, com a regularização fundiária da Vila Zumbi dos Palmares, e;
- b) O adensamento e risco das famílias situadas junto à margem direita do rio Atuba. (COHAPAR, 2010, p.09)

No PAC Roça Grande, 879 famílias dos loteamentos Jardim Marambaia, Jardim Liberdade e Jardim do Contorno foram diretamente atingidas pelo programacom a previsão de substituição de moradia ou regularização fundiária, infraestrutura básica, retificação do rio Atuba e recuperação ambiental das áreas ocupadas irregularmente (COHAPAR, 2010).

O Atuba é um rio que marca a divisa de Curitiba com três municípios situados à leste de seus limites político-administrativas: Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais.Segundo o IPARDES (2010), o número de assentamentos precários situados em Colombo nas áreas contíguas à Curitiba, e que possuem alguma ocupação sobre APP é de 31 de um total de 36, ou seja, um percentual que corresponde a 86% das favelas do município limítrofes ao polo. Tal dado reforça a vinculação do processo de produção

das favelas do município com a dinâmica presente na cidade polo e na metrópole de Curitiba.

4. A Intervenção do Jardim Marambaia– PAC Roça Grande

Como já afirmado, foram firmados dois Termos de Compromisso no âmbito do PAC UAP, e o Jardim Marambaia estava incluído no TC Roça Grande. Neste TC o projeto aprovado previa a construção de outros dois conjuntos habitacionais, no entanto, o Jardim Marambaia foi a única obra finalizada com a entrega de todas as 188 unidades previstas pelo programa.

O loteamento localiza-se na porção sudoeste de Colombo, na divisa com Curitiba, e segue um padrão comum ao de outras ocupações irregulares situadas nas bordas extravasadas da cidade polo sobre os municípios do entorno. Localiza-se em uma área de fundo de vale, remanescente de um loteamento regular com o mesmo nome, que no ano de 1972 foi aprovado parcialmente na faixa de 30,0m da Área de Preservação Permanente - APP do rio Atuba. Na ocasião foi prevista uma faixa de 15,0m para cada lado do eixo do rio como APP.

A parte não regular do Jardim Marambaia foi iniciada por cinco famílias oriundas do interior do Paraná, que dividiram seus lotes entre seus familiares, às quais se somaram anos mais tarde outras famílias, intensificando a ocupação da área que no ano de 2007 totalizavam 188 famílias (COHAPAR, 2010). Segundo o PLHIS, a ocupação possuía mais de 60% das habitações localizadas em área de inundação e construídas com materiais de construção reaproveitados e madeira, inadequadas à moradia ou precárias.

Na Figura 3 pode-se observar a ocupação da APP ao longo do Rio Atuba pelas famílias no ano de 2004, antes de implantado o projeto de urbanização financiado pelo PAC UAP. Vale destacar também que naquele ano a ocupação urbana do polo ainda não havia alcançado o limite de seu território na divisa com Colombo.

Figura 3 – Foto aérea Jardim Marambaia em 09/05/2004



Fonte: Série histórica Google Earth

Segundo a COHAPAR (2010), do total das famílias que ocupavam a área que deveria ser desocupada, 92,86% possuía renda de até 3 Salários Mínimos. Tais características fizeram com que o projeto priorizasse o remanejamento das moradias para uma área adjacente à ocupação, forada área de risco, tornando consolidável a ocupação. As demais famílias que ocupavam loteamentos regularizados permaneceram no local a uma distância média de 30,0m das margens do rio, proporcionando a recuperação da mata ciliar, configurando, dessa forma, uma urbanização com remanejamento (Figura 4).

Figura 4 – Habitações na beira do RioAtuba no Jardim Marambaia antes da intervenção - Colombo



Fonte: COHAPAR, 2010

No que diz respeito à escala da Inserção Urbana, foram avaliados a infraestrutura e os serviços urbanos, a localização, a acessibilidade e a fluidez urbana do conjunto habitacional construído. Em relação à inserção, embora o empreendimento possa ter contribuído com o espraiamento da malha urbana, já que consolidou ainda mais a

ocupação na divisa do município em uma região onde ainda há presença de áreas verdes e vazios urbanos (Figura 5), não se observou desarticulação do sistema viário, já que o traçado urbano da intervenção deu continuidade àquilo que havia no entorno. O local permanece acessado pela Rua das Olarias, uma importante via de acesso ao Município de Curitiba, possuindo assim articulação urbanística com entorno, além de não representar um enclave na malha urbana e possuir boa fluidez. A região onde está localizada a intervenção é predominantemente residencial, com ocupação horizontal de no máximo três pavimentos, e também possui algumas indústrias e comércio vicinal, ou seja, o espaço já era caracterizado pela diversidade fazendo com que não houvesse a criação de bairros monofuncionais.

Todos os moradores que estavam a menos de 30,0 m da margem do Rio Atuba foram remanejados e receberam uma nova unidade habitacional em um terreno onde foram executadas as 188 unidades habitacionais, próxima à área desocupada, contribuindo dessa forma com a manutenção das relações que já se haviam estabelecido.

Figura 5 – Foto aérea Jardim Marambaia em 13/08/2017



Fonte: Série histórica Google Earth

No que diz respeito à infraestrutura e serviços urbanos, a comunidade conta com alguns equipamentos públicos, como uma creche municipal e uma unidade de saúde a 100 m e escolas estaduais e municipais a aproximadamente 500 m de distância e que já eram utilizados pela população. A opção pelo remanejamento faz com que as famílias permaneçam no local onde já estavam inseridas, visto que a nova área de moradia é muito próxima ao local onde elas viviam anteriormente e já possui um mínimo de

infraestrutura. A região é deficitária no entanto, de espaços de convivência social, como parques, praças e equipamentos esportivos, e a implantação do parque linear na margem do rio Atuba, que havia sido previsto pelo projeto, não foi concretizada.

5. Forma/ Padronização/ Monofuncionalidade

Embora não haja uma relação lógica entre a forma arquitetônica e urbanística e a maneira como as pessoas relacionam-se com ela, sabe-se que a sociabilidade pode ser influenciada pela conformação espacial dos locais onde as pessoas vivem. Dentre outras variáveis, cabe analisar a forma física do empreendimento, desde a implantação, onde foram examinadas a topografia, paisagismo, impacto ambiental, formas de ocupação e densidade, as unidades habitacionais, com a análise das plantas e fachadas das unidades habitacionais de forma isolada, e como o conjunto arquitetônico foi inserido no meio urbano, contemplando custo, conforto ambiental, dimensionamento, flexibilidade e sustentabilidade.

Em relação aos elementos naturais, antes da construção das unidades o terreno possuía topografia relativamente plana, fazendo com que não fosse necessário adaptar o projeto a nenhum desnível, além de não possuir nenhum tipo de vegetação de médio e grande porte. No âmbito do projeto financiado pelo PAC não foi implantado paisagismo, que poderia ter contribuído positivamente com o microclima local, garantido conforto ambiental com áreas sombreadas e melhora na qualidade do ar, permitindo um percurso agradável nas vias públicas e produzindo áreas permeáveis com retenção e absorção de águas pluviais, reduzindo a contribuição à rede de drenagem urbana.

O terreno foi ocupado por duas tipologias habitacionais unifamiliares térreas: unidades isoladas adaptadas a pessoas com deficiência (PCD) e unidades geminadas duas a duas e dispostas linearmente (Figura 6), ambas conforme modelos padrão da COHAPAR. Possuem área de 40,75m² com 2 quartos, banheiro e salas de estar, jantar e cozinha conjugados e são construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos. As plantas possuem pouca possibilidade de variação, e foram adotadas por tratar-se da solução usada nos empreendimentos do PACUAP executados pela COHAPAR. Tal escolha faz com que o projeto arquitetônico seja pouco flexível, não permitindo receber ampliações na área ou modificações na organização da planta, dificultando a

adaptação do espaço às diferentes tipologias de famílias que ocupam o local, ou às variações nas estruturas familiares ocorridas ao longo do tempo.

Figura 6 – Planta baixa da unidade habitacional geminada



Fonte: COHAPAR 2000, adaptado pela autora, 2018.

Cabe ressaltar que apesar da padronização ser recorrente em habitações de interesse social, seja pelo baixo custo ou pela rapidez na sua execução, ela não deve necessariamente ser sinônimo de baixa qualidade arquitetônica.

Outro tipo de padronização comum é aquela que diz respeito à exclusividade da função habitacional do empreendimento. Tal característica faz com que o morador não tenha diversidade de oferta de comércio e serviços de pequeno porte no interior da comunidade, nem tampouco espaço para instalá-los no interior do lote, obrigando a adaptação de um cômodo da casa para produzir renda e satisfazer suas necessidades. Dessa forma, o espaço já considerado reduzido para algumas famílias, torna-se ainda mais limitado.

Verificou-se ainda que as tipologias construtivas permitiram que cada família personalizasse sua unidade e descaracterizasse a padronização inicial das habitações, apropriando-se do local e dando a ele identidade própria.

Figura 07 – Unidades habitacionais entregues no Jardim Marambaia - 2013



Fonte: PMC, 2013

Figura 08 – Unidades habitacionais personalizadas no Jardim Marambaia - 2017



Fonte: Google Earth

No que diz respeito ao método construtivo, o conjunto entregue pela COHAPAR optou pela construção em alvenaria com tijolo de oito furos (Figura 9), na dimensão de 19cm x 19cm x 9cm, assentados em pé com 1cm de argamassa e finalizados com 2cm de reboco em ambos os lados e com pilares e vigas moldados in loco. Esse tipo de solução torna-se mais rentável à construtora responsável pela obra quando pode ser replicado o maior número de vezes, no entanto é realizado de uma forma que não leva em consideração e não se adapta ao clima e cultura local, disponibilidade de matéria prima, diferenças nos terrenos entre outros fatores. Isso faz com que, somado ao desenho urbano que não é concebido de acordo com a orientação solar do local, as habitações possuam baixíssimo desempenho termo acústico, por exemplo.

Figura 9 – Unidade em fase de construção - 2012



Fonte: COHAPAR, 2013.

Um resultado melhor poderia ser alcançado com soluções simples como a mudança na posição de assentamento dos tijolos, fazendo com que as paredes fossem mais espessas e, conseqüentemente a unidade tivesse maior inércia térmica, com uma variação da posição de cada edificação em relação ao sol. Além disso, poderia ter sido utilizada mão de obra e matéria prima local, reforçando a sustentabilidade da obra.

Considerações Finais

A situação precária em que vivem milhares de pessoas nas favelas brasileiras é, além de outros aspectos, resultado da baixa remuneração da força de trabalho e da insuficiência de políticas na área habitacional, o que faz com que o Estado torne-se responsável direto pela resolução desse problema. No entanto, a atuação do poder público tem sido majoritariamente marcada pela produção de novas unidades habitacionais com poucas iniciativas em relação à melhora urbanística de assentamentos já consolidados.

No Município de Colombo não foi diferente, já que o histórico da ação do Estado priorizou desocupações e realocações de famílias, sem contemplar urbanização no local de origem e a manutenção da relação social construída pelas pessoas atingidas pelas intervenções. Esse cenário começou a mudar com a intervenção na Vila Zumbi dos Palmares (BID HBB) e no Jardim Marambaia (PAC UAP), que representam a mudança na forma como o poder público passou a tratar os espaços informais de moradia no município.

No Jardim Marambaia, o remanejamento das famílias para local próximo e integrado à malha urbana, além de tirá-las da situação de risco e precariedade em que viviam, permitiu a manutenção das redes sociais da comunidade que haviam construído e as manteve próximas à infraestrutura e equipamentos públicos que já faziam uso. Uma boa inserção urbana torna-se ainda mais importante em locais de baixa renda, visto que os moradores tendem a criar vínculos sociais e envolver-se em atividades próximas aos locais de moradia, sendo mais difícil custear o deslocamento e manter redes sociais mais distantes. Isso se estende aos locais de trabalho, uma vez que muitos são trabalhadores informais, que acabam tirando seu sustento de atividades realizadas próximas aos locais que habitam.

Abramo (2003) faz uma análise da rede de proximidade criada por moradores de favelas que apresenta três fatores principais: a proximidade física, que diz respeito à localização das famílias no espaço; a proximidade social, que é resultante de uma classificação social que engloba todos em uma mesma condição, a de moradores de favelas e, por último, a proximidade organizada, constituída a partir de redes de hierarquias informais que resultam de uma construção social interna, que é capaz de definir líderes e construir uma teia de relações e que, portanto, exige uma manutenção social.

Nesse sentido, o PAC-UAP representou um avanço na forma com que era tratada a política habitacional no país, pois conseguiu estabelecer uma análise mais criteriosa da rede de relações criadas pelas famílias contempladas pelo Programa e seu entorno. Na intervenção do Jardim Marambaia em Colombo, entende-se que a maior mudança deve-se ao fato de o programa não ter previsto apenas a remoção da favela, mas ter optado por um remanejamento para fora da área de risco, porém mantendo os moradores onde eles já haviam criado suas redes de relações de confiança e reciprocidade, impedindo que a comunidade se desagregasse ou perdesse sua territorialidade no momento da intervenção. Dessa forma, sabendo-se que qualquer interferência será sempre realizada por técnicos com um olhar estrangeiro sobre a realidade da favela, desconhecedores do cotidiano do local, dos conflitos e precariedades que somente o morador vivencia e que muitas vezes reproduzem padrões habitacionais que são aplicados às mais diferentes realidades, fica o desafio de criar espaços que possam adaptar-se às particularidades de cada família, e que ao mesmo tempo produzam boa qualidade arquitetônica em todas as escalas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In. ABRAMO, P. (Org) **A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, E. M. R. **Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima**. Dissertação, 249 p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Programa de Aceleração do Crescimento, 2007 - 2010*. Material preparado para a imprensa sob a responsabilidade da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, com informações da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento. Palácio do Planalto. Brasília. Janeiro 2007.

CALDAS. M F. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil**. 271 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira da urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 17, p. 219-240, 2007.

CLARO, F. I. **Efetividade da política de regulariza o fundiária da Vila Zumbi dos Palmares no Município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba**. 81f. Monografia. (Pós-gradua o em Cidade, Meio-Ambiente e Políticas Públicas) Universidade Federal do Paraná, 2007.

COHAPAR. PAC/PPI – INTERVEN O EM FAVELAS. **PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social**. Colombo-PR. Março/2010.

_____. Plano Estadual de Habita o de Interesse Social do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.

COLOMBO. **Plano Local de Habita o de Interesse Social, Diagnóstico Habitacional**. Colombo, 2004. 209 p.

_____. **Lei nº 875/2004.** Institui o Plano Diretor do Município de Colombo e dá outras providências.

_____. Relatório de caracterização da demanda habitacional e diagnóstico de equipamentos e serviços públicos e urbanos. Operação TC 226.008-54/2007 PAC/PPI. Colombo, 2015. 22p.

DANTAS, A. et al. Projeto Multissetorial Integrado (PMI): uma análise do desempenho da linha de financiamento. BNDES Setorial, n. 36. Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano.** São Paulo, LABHAB/Fupam. 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Porque as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Assentamentos precários urbanos: espaços da Região Metropolitana de Curitiba: relatório II. / Projeto caracterização e tipologia dos assentamentos precários na Região Metropolitana de Curitiba – IPEA/IPARDES. Curitiba, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Vancouver Declaration on Human Settlements.** (N. A/CONF.70/15). Canada/Vancouver: ONU, 1976a. Disponível em: Acesso em: 10-08-2016.

PARANÁ. Lei n.º 12.248, de 31 de julho de 1998. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais - SIGPROM.

PETRAROLLI, J. **O tempo nas urbanizações das favelas. Contratação e execução de obras do PAC no Grande ABC.** 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território), Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

PRESTES, M. F; LAGANA, M. F. O tratamento urbanístico do componente físico ambiental nas urbanizações de assentamentos precários na bacia Altíssimo Iguaçu – RMC. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (XVII ENANPR), São Paulo, 2017. **Anais eletrônicos:** São Paulo: FAU/USP, 2017.

Disponível em:

<http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Soesoes_Tematicas/ST%205/ST%205.9/ST%205.9-01.pdf> Acesso em: 23 maio. 2018.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica da produção dos espaços informais de moradia e processo de metropolização em Curitiba.** 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. N. da; CZYTAJLO, N. P. Produção da favelas e villas e estruturação das metrópoles de Curitiba – Brasil e Tucumán – Argentina. In: **Estudos Urbanos Comparados: Oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina.** / Maria Encarnação Beltrão Sposito ... [et al.] ; coordinación general de Olga Castreghini de Freitas-Firkowski ... [et al.]. - 1a ed. - San Miguel de Tucumán :Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

ULTRAMARI, C; MOURA, R. (Org.). **Metrópole Grande Curitiba: teoria e prática.** Curitiba: IPARDES, 1994.